

ATA 02/2024
Conselho de Campus

Aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às onze horas, foi realizada reunião Extraordinária do Conselho de *Campus*, conforme convocação encaminhada via e-mail, na sala da Direção Geral. Estavam presentes os seguintes conselheiros: Adair Adams, presidindo a sessão, os técnicos administrativos Juliane Borba do Couto e Victor dos Santos Pereira, os representantes docentes Rodrigo César Corrêa e Cristian Pio Ávila, os representantes discentes Emilli Parizotto Tochetto e Augusto Ravello Susin e, a técnica administrativa Francielle Andréia Barbieri para secretariar a sessão. Foram tratados os seguintes assuntos: decisão sobre a possibilidade de suspensão temporária do calendário acadêmico, sobre a continuação do pagamento dos auxílios estudantis e das bolsas com fomento interno, bem como em relação à manutenção do apoio a todos os alunos que estão realizando estágios obrigatórios e não-obrigatórios. Primeiramente, o Presidente do ConCamp, Adair Adams, expôs que a corrente reunião apresentava caráter extraordinário, pois não estava agendada previamente, considerando-se que, regularmente, as reuniões ocorrem sempre no final do mês. A seguir, ressaltou que a natureza extraordinária da presente reunião deu-se tendo em vista o momento vivido em função da deflagração de greve, a partir do dia quinze de abril, votada no Sinasefe. Dando continuidade à sua fala, pontuou que a finalidade da reunião era a de, especificamente, votar a aprovação da suspensão ou não do calendário acadêmico, frisando que, caso fosse aprovada a suspensão, haveria mais outras duas votações, referentes à continuação do pagamento dos auxílios estudantis e das bolsas com fomento interno em todas as suas modalidades, bem como em relação à manutenção do apoio a todos os alunos que estão realizando estágios obrigatórios e não-obrigatórios. Adair destacou que os segmentos ali representados tiveram sua autonomia em relação ao processo de participação dos representantes. Assim, no processo de votação, cada segmento (discentes, TAEs e docentes) deveria expor de que forma fizeram o processo da consulta com o grupo representado, para, então, após isso, apresentar o seu voto, sem necessidade de justificativa, apenas explicando como foi o processo de decisão; afirmou ainda, que a reunião ficaria registrada em Ata, e ressaltou a tarefa da gestão de zelar pelo respeito a todos que fazem parte da comunidade, aos que aderiram ou não ao movimento grevista. Explicou, também, que já foi realizada a comunicação com a reitoria sobre o amparo legal da instituição em relação aos possíveis casos de agressões, assédios e outras formas de constrangimento ou violência que possam ocorrer; para isso, foi definida uma comissão própria no *campus*, chamada de Comando de Greve. Adair, explanou, no momento, que o Comando da Greve fará reuniões com a gestão para debater e aprovar todas as questões que serão essenciais na manutenção do *Campus*. Ainda, reforçou a existência

AA KC
EX
fc

de uma legislação, cujas especificidades serão definidas de maneira particular no próprio *Campus*. Em seguida, salientou que haverá amplo respeito por aquilo que será feito a partir do dia quinze de abril, considerando a tarefa de todos os servidores, de, em cada vez que existir recesso que implique na imagem da instituição, buscar a comunicação com responsáveis por cuidar de legislação, de normas, da DGP, ou seja, deverá ser feito o contato com a reitoria e com órgãos como o Sindicato, que fornecem orientações, auxílio e suporte nesse momento de greve, para que todas as ações sejam feitas com a maior lisura possível. Após essa fala, deu-se início à votação sobre a suspensão, ou não, do calendário acadêmico, por prazo indeterminado, a partir do dia quinze de abril. A suspensão por tempo indeterminado ocorre porque, conforme as pautas vão sendo debatidas junto ao governo, a gestão e o sindicato podem reunir-se para debater um possível retorno, ou não, às atividades. A seguir, Adair abriu a votação, inicialmente para o segmento docente, depois aos TAEs e, por fim, aos representantes discentes. O primeiro a falar foi o docente Rodrigo Corrêa, que relatou que no dia anterior ocorreu uma reunião de assembleia do sindicato, cuja pauta não era sobre o calendário acadêmico, e que, após essa assembleia, o entendimento dele foi de que deveria ser feita uma consulta aos docentes sobre, especificamente, o calendário acadêmico, assim como feito com os técnicos e com os estudantes. Então, o professor Rodrigo Corrêa, como representante docente, explicou que criou um formulário e solicitou à direção de ensino a lista de nomes de todos os professores para que fosse possível realizar a correlação entre os que enviaram o formulário de respostas, para garantir a lisura da ação. O professor ressaltou que, quando fez o corpo do formulário, mencionou que gostaria que eles colocassem o *e-mail* apenas para poder conferir quem votou e que esse dado não seria divulgado, de forma que ficou garantido o anonimato das autorias das respostas, para que sejam evitadas exposições e seja garantida a liberdade de expressão e de escolha. Rodrigo afirmou que havia uma lista com nomes de quarenta e oito professores, incluindo afastados e substitutos, sendo que trinta e oito docentes enviaram o formulário respondido, culminando em setenta e nove por cento de participação; ressaltou que a pergunta feita no formulário foi: "O calendário acadêmico deve ser suspenso durante o período de greve?", exposta de maneira mais clara possível, com as opções "Sim, o calendário deve ser suspenso durante o período de greve"; "Não, o calendário não deve ser suspenso"; e "Abstenção", para aquelas pessoas que optaram por declarar que tiveram acesso e visualizaram o formulário e suas opções, mas preferiram não opinar/votar. Rodrigo continuou, explicando que, dos trinta e oito votantes, vinte e quatro votaram a favor da suspensão do calendário acadêmico, totalizando sessenta e três por cento; dez pessoas votaram contra a suspensão do calendário acadêmico, configurando vinte e seis por cento; e quatro servidores escolheram a opção de abstenção, totalizando dez por cento. Rodrigo explanou que, considerando o voto de abstenção como uma indicação de desejo de não opinar, removendo esses votos e tratando-os como votos nulos, seriam setenta por cento a favor



Adair
cc
cc
cc
cc
cc

cc

e vinte e nove contra a suspensão do calendário acadêmico. Finalizando, o docente pontuou que a lista completa de quem participou está arquivada em seu *e-mail* de trabalho, sendo que os nomes conferem com a lista fornecida pela direção de ensino, o que garante a adequação do processo, no qual apenas dez servidores não participaram/votaram. Rodrigo ressaltou que, conforme indicado no corpo do formulário, não haverá exposição dos votos dos docentes por parte dele, mas que cada um dos colegas é livre para expor ou não o voto e a opinião particular. Enfim, declarou que seguiu o que foi solicitado, considerando o artigo 21 do regimento, inciso 3º, que diz que "os conselheiros titulares devem prezar pela representação dos seus segmentos", o que culminou, então, em seu voto pela suspensão do calendário acadêmico, considerando os dados apresentados e cumprindo sua obrigação perante o regimento, segundo ele. Após a fala do docente Rodrigo, o professor Cristian Pio Ávila tomou a palavra, afirmando sua satisfação em estar participando de um momento democrático tão importante no IFRS, com amplo debate, ampla discussão, inclusive com posições antagônicas, mas que exigem que todos aprendam a conviver e respeitar. A seguir, explicou que havia entendido que a assembleia realizada anteriormente, na qual houve votação em relação à greve, com ampla convocatória e participação massiva e expressiva de técnicos e docentes, a qual resultou em votação majoritária a favor da deflagração da greve, era um indicativo de paralisação por si só, o que já indicou a natureza de seu voto a favor da suspensão do calendário acadêmico. Além disso, expôs que, em conversa com o colega Rodrigo e com outros docentes, no dia anterior, após a assembleia, já expôs seu posicionamento, tendo sido informado pelo professor Rodrigo que esse faria um formulário para a consulta aos docentes, o que veio a confirmar a decisão de que a maioria dos docentes apoiava a suspensão do calendário acadêmico. Com base nisso e em conversas com os colegas, de acordo com o regimento na representação dos docentes, bem como a partir da assembleia geral, realizada na semana passada, que não pode ser desconsiderada, já que foi um momento de decisão importante e qualificada, registrada em ata, e a partir, também, dos aportes que o professor Rodrigo nos traz a partir dos resultados dos formulários respondidos, o docente Cristian votou pela suspensão do calendário acadêmico a partir do dia quinze de abril. Em seguida, os TAEs emitiram seu voto. A TAE Juliane Borba iniciou sua fala cumprimentando os presentes e expondo que foi realizada uma reunião com os TAEs, organizada por ela e pelo servidor Victor, na qual estavam presentes vinte TAEs, que totalizam a maioria. Afirmou, ainda, que, além dos TAEs presentes na reunião, os que não estavam puderam emitir sua opinião, e, após isso, por unanimidade, definiu-se pela suspensão do calendário acadêmico. Finalizando, a servidora votou pela suspensão do calendário acadêmico a partir do dia quinze de abril, durante o período da greve. A seguir, o TAE Victor Pereira cumprimentou os presentes e apresentou sua fala, afirmando que corrobora com o professor Cristian, que defende que se trata de um processo democrático e histórico para o Campus e que a consulta, conforme explanado pela servidora Juliane, foi a mais clara

Atcc
A
K
eg
P

possível. Como representantes do Concamp, Victor afirmou que ainda há representantes dos TAEs em diversos outros segmentos, como comissões, como, por exemplo, o colega Elyson, que faz parte da CIS, que colabora com as questões do plano de carreira dos técnicos. Elyson fez uma apresentação para os TAEs, expondo o do plano de carreira atual, explicando o que o governo está propondo, o que os TAEs estão pedindo de mudanças e o que o governo já trouxe de resposta. Trata-se, portanto, de um movimento coletivo de reivindicações e de proposições que englobam todos os TAEs. Victor ressaltou que mencionou Elyson porque ele estava ali presente, mas que se tratava de uma coletividade, de uma construção em que todos são envolvidos. Victor afirmou que o seu voto estava embasado também na consulta realizada entre os TAEs, o que o levou a votar pela suspensão do calendário acadêmico, sendo um voto com base no regimento e na opinião do grupo, além da sua opinião particular. Posteriormente, iniciou-se a votação pelo segmento discente, com o aluno Augusto, que informou que foram realizadas três reuniões em diferentes turnos - manhã, tarde e noite - para atender a cada grupo específico de alunos do *campus*; nessas reuniões foram realizadas votações com um formulário no qual os alunos tinham as opções de resposta "sim", "não" e "abstenção" em relação à pergunta "Você apoia o cancelamento do calendário letivo?". O discente Augusto declarou que quatrocentos e três alunos responderam ao formulário, entre os quais, sessenta e nove vírgula sete por cento votaram "não", ou seja, contra a suspensão do calendário acadêmico, e vinte e cinco vírgula seis por cento votaram "sim", isto é, a favor da suspensão; o restante se encaixou na categoria "abstenção". Então, com base nesses dados, o voto do discente foi pela continuidade das atividades do calendário acadêmico. Após isso, a aluna Emilli pontuou que, a partir do que foi conversado com os estudantes nas reuniões, nas quais o processo foi explicado com muita clareza, bem como foram ressaltadas as implicações da suspensão ou da continuidade do calendário acadêmico, ela emitiria seu voto a favor da continuidade do calendário acadêmico, ou seja, contra a suspensão. Em seguida, Adair, destacou que a consulta formal realizada com os docentes por iniciativa do professor representante Rodrigo foi a última a ser efetuada entre as categorias. Depois, ressaltou que a deflagração da greve na assembleia realizada inicialmente não significava automaticamente a suspensão do calendário acadêmico, uma vez que essa decisão só poderia ser emitida após os votos dos quatro segmentos. Salientou que o segmento da comunidade externa não se fez presente na reunião extraordinária, bem como no momento da deflagração da greve o segmento discente não estava presente. Por esses motivos, a decisão da suspensão do calendário acadêmico se daria única e exclusivamente em reunião e votação do Concamp. Adair parabenizou os representantes dos três segmentos pela objetividade na exposição dos votos e no debate. Ressaltou que os TAEs e os docentes organizaram suas assembleias e tomaram suas decisões; os discentes também se organizaram, embora tenham tido um tempo menor para a execução das reuniões, pois dependiam das informações acerca da greve que seriam

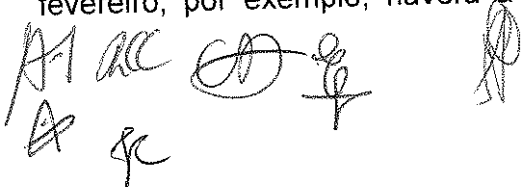
At. acc.  

repassadas após as reuniões de TAEs e docentes. Ainda, frisou que os alunos se reuniram em números maiores de pessoas, o que tornou o processo mais complexo, mas, mesmo assim, realizaram as atividades com maestria abrangendo um grande número de alunos. Adair disse que cada um dos segmentos tinha uma reunião apenas para fazer, e que os discentes fizeram três reuniões e, sabendo dos desafios que tinham, os representantes discentes fizeram uma apresentação muito clara, muito transparente e com orientação tanto da gestão como também de pessoas do sindicato. Adair salientou que o TAE Victor ajudou muito nesse processo de esclarecer aos discentes qual era a pauta da greve e também quais eram as implicações de manutenção e de suspensão do calendário. Adair ressaltou que ocorreu uma questão pontual, trazida pelos representantes discentes, de que estavam supostamente sendo colocados sob suspeitas, por parte de alguns servidores, principalmente em relação ao episódio dos cartazes que foram colocados em alguns ambientes da instituição e em relação a uma insinuação de que poderiam estar impondo ou influenciando a decisão coletiva. A instituição possui imagens de câmeras de segurança que comprovam quem afixou os cartazes, sendo que não foram os representantes discentes, mas outros alunos. Deixou claro que os representantes mereciam um pedido de desculpas e que a gestão estava fazendo isso em nome de todos. Ressaltou o trabalho, a dedicação e o comprometimento de Emilli e Augusto em promover um processo sério, claro e justo na divulgação e na consulta aos demais discentes, tendo em vista que seguiram o regimento, assim como TAEs e docentes. Após isso, Adair mencionou que por maioria de votos deste Conselho, está aprovada a suspensão do calendário acadêmico por tempo indeterminado. Nesse momento, Augusto, solicitou um complemento à sua fala, afirmando que haviam sofrido, ele e Emilli, exposição nas redes sociais, com suposições sobre suas condutas pessoais, como a suposição de que estavam envolvidos na colocação de cartazes no *campus*, por exemplo. Augusto deixou registrada sua disponibilidade para diálogo com todos sempre que necessário. A aluna Emilli também quis complementar sua fala, expondo que, com relação à lisura do processo, houve contato com a direção, a gestão e com os TAEs para depois ocorrer a conversa com os alunos, respeitando a opinião de todos. O TAE Victor expôs sua opinião, comentando que se trata de um processo com muitas demandas para votação, mas que algumas coisas precisam ser ditas com clareza. Uma delas é em relação à democracia, onde todos podem trazer opiniões contrárias ou favoráveis a determinados processos. Victor afirma que, mesmo que tivesse sido emitida uma opinião pessoal dos representantes discentes, não haveria erro nisso, pois estamos em uma democracia. Assim como alguns servidores estavam distribuindo panfletos, os discentes poderiam também divulgar suas ideias. Victor afirmou que, se o comentário dos representantes discentes era referente a postagens em redes sociais feitas por uma professora do campus, que não estava presente nessa reunião, talvez ela poderia ter um momento para defesa, mas que, de forma alguma, ele estava a defendendo, e sim, deixando claro que ela também tem o direito de expor e defender suas opiniões. Victor

Adair
A
E
G
R
K

afirmou ter visto as postagens dessa professora específica, que ele imagina ser a pessoa a quem os alunos se referiram, nas quais não foi exposto o nome dos representantes discentes, mas a opinião dela em relação ao processo e sobre o que ela pensava acerca da colocação dos cartazes e outras atitudes e que ela afirmou que se fosse por parte dos representantes dos discentes, isso seria ainda pior. Victor salientou que isso era uma opinião dela. Além disso, Victor abordou que conversou com discentes da área de multimídia sobre a diferença entre uma opinião pessoal em canal de comunicação em caráter pessoal e em meio oficial. Ocorre que, em páginas de redes sociais dos cursos de multimídia, agronomia e agropecuária, pensa ele, foram expostos dizeres como "foram colados por conta da nossa opinião". Victor indagou quem está por trás da voz coletiva, quem está emitindo aquela opinião em nome de todos. Se seria a opinião de todos os discentes do curso, da coordenação do curso, ou seja, ficou vago e impreciso. Esse era o questionamento que estava sendo feito. Victor salientou que a democracia permite a exposição de opiniões, mas que não foi exposto o nome da dupla de representantes discentes na fala da referida professora. Victor salientou que esse comentário dele foi visando à reflexão sobre o ocorrido e para que fiquem claros os posicionamentos. Adair tomou a palavra e passou para as próximas pautas da reunião. A pauta seguinte a ser comentada foi a questão do pagamento dos auxílios e, em seguida, a questão das bolsas. Adair explicou que o Concamp, dentro do seu regimento, tem a votação, inclusive, orçamentária. Caso os participantes da reunião apresentassem alguma questão quanto a essa determinação, poderiam sugerir uma reunião para tratar sobre isso em outro momento, entre gestão e comitê. Outro fator salientado pelo Adair foi de que a assistência e o setor de registros precisam colaborar nesse atendimento, pois o pagamento dos auxílios estudantis depende disso; caso ocorra algum pagamento com irregularidades, é o CPF do diretor-geral que é comprometido e o Concamp entra como solidário, uma vez que aprova o pagamento desses auxílios. No período de suspensão do calendário acadêmico não haverá o lançamento de frequências, que, por sua vez, garantem e embasam legalmente o pagamento dos auxílios. Então, essa é a orientação, uma vez que se trata de algo que está sendo instituído legalmente, como é o caso da greve, ou quando há um estado de exceção, como a pandemia, todos esses casos têm embasamento legal para isso, explicou Adair. Os auxílios, como o auxílio moradia e todos os outros auxílios que são pagos pela assistência, serão elencados em relatórios que a assistência emitirá todos os meses, além de fazer a consulta ao setor de registros, se não houve nenhuma evasão desses alunos, então a assistência emite, faz o ofício de pagamento e depois, então, a direção geral envia para o pagamento. Nesse momento, o representante discente Augusto perguntou se havia alguma ilegalidade nesse processo de pagamento de auxílios aos estudantes no período de greve. Adair respondeu que havia um orçamento aprovado para o pagamento de auxílios durante o ano e, em caso de prolongamento do calendário até os meses de janeiro e fevereiro, por exemplo, haverá a possibilidade de os alunos terem aulas, mas não

AI AC
A RC



receberem o auxílio. Isso é o que foi informado pela reitoria, porque existe um orçamento já aprovado, portanto, não há ilegalidade, pois há um embasamento jurídico para isso, conforme o diretor. Ainda de acordo com Adair, a única ilegalidade que pode acontecer é se algum aluno evadir e receber o auxílio, e não tiver algum tipo de registro que ele evadiu, e ele receber o pagamento não estando mais no Instituto; isso configura uma ilegalidade. Enquanto ele estiver matriculado, não estiver participando de aulas em uma outra instituição, não há ilegalidade nenhuma. Então, a única limitação disso é de que, em janeiro ou fevereiro, se houver a extensão do calendário, para esses meses não há a garantia de que será feito o pagamento porque não tem orçamento. Conforme Adair, essa era a orientação da reitoria e não uma questão definida pela direção ou uma questão interna. O representante docente Rodrigo pediu para falar e perguntou se a reitoria garante o pagamento dos benefícios, porque, sob o seu ponto de vista, não seria a direção nem o Concamp que deveriam garantir o pagamento. Nesse caso, a Concamp estaria somente seguindo uma orientação da reitoria, ou seja, a instrução legal de um órgão superior. Segundo o docente, o artigo 5º tem vários parágrafos que falam "zelar pela efetivação das políticas de assistência estudantil", parágrafo 3º expõe que "manifestar-se sobre o planejamento e a execução de atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão e administrativas", "convocar comunidade escolar para a assembleia geral", parágrafo 30, que fala que "os membros do Concamp tem que se pronunciar quando consultados sobre quaisquer assuntos de interesse e responsabilidade do *Campus*", parágrafo 33, que seria "deliberar quando delegada a respectiva competência nos casos omissos no âmbito do *Campus*". Após salientar esses parágrafos, o docente ressaltou que estava sendo seguida a lei. Victor destacou que esse regimento é de 2016 e está extremamente defasado. Rodrigo afirmou que na primeira reunião já foi sob colocado como pauta a alteração deste regimento, o que foi confirmado por Victor. Rodrigo ressaltou que, embora possa estar defasado, o regimento de 2016 é o documento que deve ser seguido. Tendo em vista a atual composição do Concamp ser mais recente, eles tiveram como primeira demanda a revisão do regimento. Rodrigo frisou que o *campus* deve seguir o que a reitoria estipular, pois assim estará amparado pela legalidade, não sendo uma decisão do Concamp. Rodrigo complementou dizendo que, do ponto de vista dele, se o estudante estiver recebendo bolsa e, por má-fé, descumprir o contrato de recebimento de auxílio, quem está incorrendo em crime é o estudante; sendo ele o sujeito a ser responsabilizado, porque ele tem cláusulas a seguir para receber o auxílio. No caso, o Concamp poderia deliberar por manter o pagamento das bolsas, mas se os estudantes não cumprem os contratos deles, deveriam existir mecanismos legais de cobrança, seja por devolução de dinheiro ou por qualquer outra penalidade. Adair Adams pontuou que, por parte da reitoria, o embasamento é de que se pode pagar os auxílios, pois há um orçamento determinado para o ano para a assistência estudantil. Além disso, informou que há uma discricionariedade do Concamp - poderia ser só do diretor-geral, mas coloca-se para o ConCamp por uma questão

Adair
✱
qc
[Handwritten signatures]

daquilo que faz parte do regimento - relacionada ao pagamento dos auxílios. Primeiramente, Adair ressaltou que os alunos já têm os valores dos auxílios comprometidos a partir do dia quinze de abril, já que faz parte da política de permanência e êxito do Instituto o pagamento dos auxílios estudantis. Ademais, indicou que, caso a greve se estenda por um tempo maior e as aulas de reposição ocorram em janeiro e fevereiro, talvez não haverá recursos para continuar pagando os auxílios nesse período, mesmo os alunos sendo obrigados a virem às aulas. Adair ressaltou que não havia ilegalidade em continuar pagando os auxílios, pois trata-se de decisão do Concamp. Naquele momento não poderiam ser votadas questões relativas a orçamento, tendo em vista a instabilidade e incerteza sobre esse assunto. De modo resumido, o objetivo ali seria a votação pela continuidade atual do pagamento dos auxílios. Victor fez uma colocação, dizendo que, quando o aluno recebe o auxílio, ele recebe dez cotas, de março a dezembro, então, os pagamentos de janeiro e fevereiro já não estão garantidos nesse período, mesmo com greve ou sem greve. O que deveria entrar em questão naquele momento seria considerar os diferentes auxílios, não somente um tipo, mas os que impactam em moradia, aluguel, alimentação, que estavam garantidos em dez cotas. Adair salientou que as cotas estão atreladas ao calendário, em dez parcelas no total. Cristian pediu a palavra e afirmou que gostaria de endossar a fala dos dois colegas em relação ao auxílio. Ele pensa que, nesse momento de suspensão do calendário acadêmico, seria importante garantir aos alunos o maior apoio possível, por isso acompanharia a ideia de que é preferível os alunos continuarem recebendo os auxílios regularmente, sem interrupções. Após isso, poderia ser votada pelo Concamp a possibilidade de extensão do pagamento dos valores no período em que houver extensão do calendário acadêmico para a reposição de aulas. Adair questionou se alguém votaria contra o pagamento dos auxílios. Nesse momento, o discente Augusto Ravello colocou que os representantes discentes buscaram informações na assistência estudantil e souberam que há um total de cento e cinquenta alunos que recebem o auxílio, em média, e que quatro deles recebem auxílio-moradia, tipo de auxílio que, com certeza, não irá ser suspenso, independente do que ocorra, segundo aquele setor. Adair perguntou novamente se alguém seria contra a aprovação do pagamento dos auxílios e, tendo resposta negativa, deu-se a aprovação dessa questão, ou seja, a continuidade do pagamento dos auxílios aos alunos foi aprovada. A partir daí, adentrou-se na próxima pauta, o pagamento das bolsas de ensino, pesquisa, extensão, indissociáveis e de outros editais externos que também tenham fomento pelo próprio *Campus*. Esses programas e projetos fazem parte dos serviços essenciais, mas será atribuição de cada coordenador dizer se irá ou não dar continuidade à execução do projeto, ficando responsável pelos registros de frequência e pelos relatórios de atividades do bolsista. Caso o projeto seja suspenso durante a greve, não haverá pagamento das bolsas. Essa decisão deve ser comunicada e discutida junto ao CAGPPI ou, então, à CAGE, à CGAE. Cristian deu sua opinião sobre o assunto, dizendo que, como integrante

AFJ AC CA ce
A
rc

do Concamp, sugeria ao Comando de Greve para que esse fosse sensível ao fato de que os professores que queiram continuar os seus projetos que possam seguir com eles, pois tratam-se de atividades envolvendo pesquisas, produtos perecíveis e ações pontuais que não podem ser interrompidas. Além disso, como há a legalidade na continuidade do pagamento das bolsas, o docente expôs que pode haver impacto negativo ao campus e à comunidade em decorrência da paralisação dos projetos. O docente terminou sua fala deixando seu voto favorável para a continuidade do pagamento das bolsas. Adair solicitou a opinião do docente Rodrigo, que afirmou que concordava com o professor Cristian em relação à importância da continuidade dos projetos e do pagamento das bolsas, que são tão essenciais quanto os auxílios recebidos pelos estudantes. Rodrigo abordou a questão dos estágios, explicando que há prazos específicos e processos que não podem parar, mencionando, como exemplos, os estágios dos alunos do curso de Agronomia, no qual há plantio de culturas e atividades com animais, que são processos que devem ter uma continuidade, ou serão prejudicados. Ainda, o professor mencionou os estágios dos alunos do curso de Ciências Biológicas em escolas, cujos processos são burocráticos e envolvem várias etapas; e se esse estágio for interrompido, há diversas consequências negativas e que podem prejudicar o estágio em sua totalidade. Sendo assim, emitiu seu voto favorável à continuidade dos estágios durante o período de greve e também a favor do pagamento dos auxílios e bolsas. A discente Emilli contribui dizendo que, em relação aos estágios, há uma grande preocupação por parte dos estudantes, conforme conversas que tiveram com eles, tendo em vista os riscos de perda das vagas de estágio e dificuldade para comprovação de frequência e de realização de atividades. Adair afirmou que os estágios deveriam, então, levando em conta as colocações dos membros do Concamp, ser considerados como serviços essenciais pelo Comando de Greve, sendo aprovada a manutenção do apoio a todos os alunos que estão realizando estágios obrigatórios e não-obrigatórios, lembrando que os processos dos estágios envolveriam a necessidade de coleta de assinaturas de alguns servidores de diversos setores, inclusive dos que aderiram à greve. Victor afirmou que é favorável à manutenção do recebimento das bolsas, mas salientou que existem diferentes modalidades de estágio, os realizados no campus e os externos, sendo que os essenciais seriam os que são desenvolvidos fora do campus, devido aos contratos. Já os que são realizados no interior do campus, não seria viável a manutenção, pois não haverá aulas. Adair também expôs que essa análise em relação aos estágios precisava ser revista de maneira mais minuciosa, por envolver várias questões, como as orientações, os estágios em sala de aula no Instituto ou em escolas, comprovações, enfim, essa seria uma demanda a ser debatida no NDE para a definição sobre aquilo que é, especificamente, sobre a questão dos alunos em período de estágio dentro ou fora da instituição. Cristian manifestou sua indagação a respeito dos professores substitutos e como ficaria a situação deles. Adair falou que não haveria nenhuma votação em relação aos substitutos nessa reunião, pois tratava-se de uma

A-1 MC (D) CP R
A DC

pauta vinculada à CGP e à DGP. Ainda, disse que essa questão consiste em um direito garantido e, nesse caso, não há votação; posteriormente, a reposição e a recomposição seriam passíveis à análise da DGP, propriamente. Em seguida, Juliane ressaltou que, em relação às frequências, conforme foi discutido em reunião dos TAEs, na última segunda-feira, trata-se de um aspecto preocupante, sendo que serão definidas formas de controle dessa frequência. Segundo ela, no Comando de Greve há representantes de servidores da Assistência Estudantil e do Registro Acadêmico, e, junto a eles, será realizado um trabalho de acompanhamento da frequência dos alunos nos processos que são considerados essenciais e dos que recebem auxílio, para que não ocorram penalizações posteriores ao Campus. Juliane endossa a importância dos auxílios para a permanência dos alunos na instituição, ou seja, para a não ocorrência de evasão. Por fim, a TAE comentou que, se as aulas se estenderem até janeiro ou fevereiro, haverá esforços para prolongar também a oferta dos auxílios aos estudantes. Nesse sentido, votou a favor da manutenção do pagamento dos auxílios e bolsas aos estudantes. Adair, confirmou que segundo a votação, fica aprovada a continuidade do pagamento dos auxílios e das bolsas e ressaltou que todas as atividades letivas, conforme a suspensão do calendário, serão repostas posteriormente, a partir das novas decisões e da aprovação do retorno do calendário acadêmico. Victor falou que teve conhecimento, por meio de conversa com a discente Emilli, que vários alunos apoiam o movimento grevista, porque entendem que é uma luta pela educação, mas que o fato da suspensão do calendário acadêmico era uma questão à parte sob o olhar dos alunos. De acordo com Victor, esse momento seria propício para uma mobilização acerca de conscientizar os alunos sobre o processo de greve, e, de certo modo, ter esse entendimento por parte deles, o que fortaleceria o movimento e poderia colaborar para uma resolução mais rápida da questão. Victor salienta que as pessoas que forem favoráveis à greve podem dar apoio de diversas formas, seja nas ruas ou em outros meios, já que a maioria dos alunos vive em Vacaria e pode auxiliar nesse processo. O TAE diz que esse apoio pode ajudar a finalizar a greve o mais rápido possível e auxiliar para que as demandas sejam atendidas. Ele explica que é importante o diálogo com o governo de Vacaria, na câmara de vereadores, na prefeitura, e que isso pode ser mobilizado pelos moradores de Vacaria, pois essa conversa é muito relevante. Victor salientou que a educação envolve todos, terceirizados, docentes, técnicos e discentes, sendo que os alunos representam o maior percentual da "cara" do Instituto na sociedade, por isso o apoio deles seria imprescindível. O discente Augusto afirmou que muitos alunos disseram apoiar a greve, mas que também apoiam o direito dos alunos e dos professores que quisessem continuar o calendário letivo, de dar essa continuidade, por ser um direito de escolha. O docente Rodrigo complementou dizendo que recebeu um e-mail de um professor que tratava sobre o direito de continuar dando aulas em meio à greve, e, que, como representante docente, precisa também representar quem está contra a greve, por isso ficou preocupado em relação a essa questão. Indagou, nesse momento, sobre a legalidade

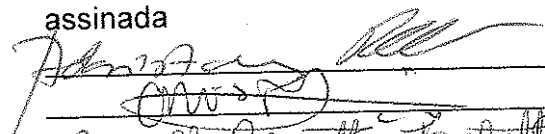
St KE
A
de

de uma suspensão, considerando uma possível suspensão de direitos, já que se a pessoa quiser continuar suas atividades, mesmo que seja a opção da minoria, se ele não estaria tendo a privação de seus direitos ao ser impedida de continuar suas atividades com alunos em sala de aula. Cristian parabenizou os envolvidos nas decisões referentes à greve, em especial, os discentes Emilli e Augusto, que fizeram um ótimo trabalho. Cristian salientou que isso faz parte da democracia, ou seja, o debate, a discussão são parte de movimentos democráticos como esse que ocorreu no Instituto, com debate de ideias. O professor estimulou a continuidade desses momentos de debate, porque há várias questões que precisam ser discutidas, outros direitos que precisam ser conquistados. Cristian também parabenizou a direção do *Campus* e os colegas pelo debate elevado, pela condução da discussão. Disse também que os alunos poderiam se sentir à vontade para dialogar com o Comando de Greve, mantendo sempre a cordialidade e o entendimento, tendo como preceito o respeito e a promoção de debates. Adair finalizou a reunião agradecendo a participação de todos e avisando que, durante a tarde, ocorrerá a divulgação das decisões às turmas por parte da gestão, com as explicações e orientações cabíveis e elucidação de possíveis dúvidas dos discentes. Enfim, disse que, na sexta-feira, a gestão terá uma reunião com o Comando de Greve do *Campus* para definir as ações essenciais, sendo que essas determinações serão amplamente publicizadas. Nada mais havendo a tratar, essa ata será por mim lavrada e

assinada

pelos

presentes



Vitor S. Pereira

Juliane do Couto

Emilli Parizotto Tachetti

Augusto Paronello Surin